

Entre o público, o político e o racial: a construção do Mercado Público em Desterro no século XIX - Lucas Söhn Albuquerque

Entre o público, o político e o racial: a construção do Mercado Público em Desterro no século XIX

Lucas Söhn Albuquerque*

lucasalbq@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: O Brasil da segunda metade do século XIX era um país que vivia uma monarquia em decadência e ainda sob o jugo da escravidão, apesar da discussão abolicionista já estar presente na pauta política. O presente artigo se insere nesse contexto do Brasil, sob a ótica da cidade de Nossa Senhora do Desterro e a construção de seu primeiro mercado público em 1851, aonde procuro estabelecer a construção de um espaço público na cidade como lugar de conflitos políticos e ações de saneamento e higienização de Desterro, ante a visita do Imperador D. Pedro II, que abrange não apenas as construções físicas, mas também a “limpeza racial” incentivada pelos discursos dos presidentes de província da época como Antero José Ferreira de Brito, grande idealizador do primeiro mercado público.

PALAVRAS-CHAVE: Desterro, Mercado Público, Antero de Brito, Saneamento.

ABSTRACT: Brazil is the second half of the nineteenth century was a country that lived a monarchy in decline and still under the yoke of slavery, despite the discussion abolitionist already be present on the political agenda. This article is within the context of Brazil, from the perspective of the town of Our Lady of Exile and the construction of its first public market in 1851, where I establish the construction of a public space in the city as a place of political conflicts and sanitation actions and sanitation of Exile, before the visit of Emperor D. Pedro II, which covers not only physical constructions, but also the "ethnic cleansing" encouraged by the speeches of the provincial presidents of the time as Antero José Ferreira de Brito, creator of the first large public market.

KEYWORDS: Desterro, Mercado Público, Antero de Brito, Sanitation.

Among the public, political and racial: the construction of the Mercado Público in Desterro in the XIX century

Na segunda metade do século XIX, o Brasil que vive sob um regime monárquico, tem seus olhos como um todo voltado para seu Imperador e sua capital, o Rio de Janeiro. Capital

* Estudante de Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e Bolsista do Programa de Educação Tutorial em História desde 2011.



do Brasil desde 1763, ela recebeu a família real portuguesa, que além do prestígio de receber a coroa lusa, obteve outros benefícios como a implantação de instituições e centros culturais adotados por Portugal como a Academia de Belas Artes, a abertura dos portos, o Jardim Botânico e a Biblioteca Nacional.

Todas essas instituições consolidam uma política portuguesa que tinha como objetivo trazer e tornar a metrópole mais próxima do país recém-independente. Para as outras províncias, essa influência do Rio de Janeiro como a cidade que mais se aproximava dos ideais e da vida europeia, causava admiração e intenção de aproximação maior com a capital do país. Ainda havia um distanciamento muito grande da capital do Brasil com as outras províncias principalmente as mais longínquas, o que na visão de alguns historiadores, contribuíram para que o Império nunca fosse unanimidade no país.

Durante o governo de D. Pedro II a partir de 1841, começou a ser adotada uma política de aproximação do governo com as províncias brasileiras e em Desterro não foi diferente. Apesar de não ser muito lembrada principalmente pela historiografia catarinense, a vinda de D. Pedro II em 1845 para a capital catarinense teve importância para não apenas a aproximação da capital brasileira com a dos catarinenses, mas dos valores que moviam o Império do Brasil como a modernidade e o branqueamento da raça, modelos esses que expressam a ideia de higienização dos espaços públicos tanto fisicamente quanto racialmente.

Segundo o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, esses modelos empregados pelo Império colocam para as outras províncias como Desterro:

a necessidade de acompanhamento, na verdade, tentativa de acompanhamento – da evolução urbana registrada em outros centros regionais, especialmente do grande centro nacional, a capital do Império, o Rio de Janeiro. Era um momento de por fé num crescimento quase forçado dada, em especial, a fragilidade da capital da província no contexto nacional. Ademais, Desterro era capital de Santa Catarina e estava em uma posição periférica, com pouco crescimento urbano e industrial, salvo exceção¹.

¹ ROSA, Rodrigo. *Mercado público de Florianópolis: construir, demolir, revitalizar?* Tese apresentada ao curso de História da Educação – UDESC, Florianópolis: 2006, pp. 14.



Nossa Senhora do Desterro como Cabral percebe bem, estava em uma posição periférica em relação às outras províncias do Império e em um contexto mais restrito de Santa Catarina, não possui uma legitimidade e uma importância enquanto capital. Isso se deve por dois motivos principalmente em relação aos valores do século XIX, em que a industrialização tem sua grande importância: a primeira é que Desterro ainda era um espaço pouco desenvolvido industrialmente e outro aspecto é o contexto da formação na província de cidades de imigrantes, principalmente alemães e italianos, que correspondem a esses anseios de modernidade, desenvolvimento e industrialização. Os representantes políticos da capital não apenas viam dificuldade da cidade ter uma abrangência nacional, mas também interna e regional mesmo. Desterro não era considerada a capital de Santa Catarina por muitos, ou não tinha as características que uma capital deveria ter dentro da própria província.

Sendo assim, quando da notícia da visita do Imperador a Ilha de Santa Catarina, o desejo de passar uma boa impressão as autoridades imperiais foi grande em Desterro e a discussão sobre a higienização e o embelezamento da cidade começou a ser pensada de uma maneira efetiva pelas autoridades, principalmente pelo presidente da província na época, Antero José Ferreira de Brito²:

É de extrema necessidade o aformoseamento desta capital, que pela sua disposição geográfica, bom clima, boa índole de seus habitantes, deve em pouco tempo atrair a concorrência de nacionais e estrangeiros do Norte e Sul, a procurar, uns o refrigério contra os ardentes calores do verão, e outros o abrigo contra a estação invernososa. Também devemos pensar que a família imperial renove, para ventura desta Província, suas honrosas visitas, visto que bem satisfeita se pronunciou por este belo clima, pela amenidade do País e dedicação de seus habitantes e suas augustas pessoas. (...) Tracei um plano para aformosar, por ora, a frente do mar de toda esta capital. A Câmara Municipal conformou-se com ele, porém refere que o mesmo para dar princípio não tem forças, apesar de que prometi coadjuvá-la e auxiliá-la com alguns materiais. Ela tem muito a que acudir, mas eu posso muito fazer com grande economia, para o que já tenho prontos esses materiais. Apresentarei a Vossa Excelência uma cópia do dito plano, se merecer a vossa aprovação, e espero que no ano financeiro próximo voteis a quantia de 2 contos de réis,

² Antero José Ferreira de Brito foi o primeiro e único barão de Tramandaí. Foi presidente da província de Santa Catarina de 26 de junho de 1840 a 26 de dezembro de 1848.



para se fazer a grande rampa em toda a frente da Praça do Palácio, e que comunique com a Rua Imperador [atual Tenente Silveira]. O plano de aformoseamento contém por ora só quatro praças em toda a extensão da frente. Vereis que alguns edifícios velhos precisam ser desapropriados, cujo valor poderá ser indenizado lentamente³.

Esse plano de embelezamento e higienização do centro da cidade tinha à curto prazo a intenção de causar uma boa impressão no Imperador, e a longo prazo tornar a vila de Desterro importante e bem vista pela população de toda a província. Com a chegada de D. Pedro II em 1845, as barracas são removidas e deslocadas para a área nas proximidades da Ponte do Vinagre, onde ocorrem outras intervenções em iluminação pública e transferência do cemitério. O centro da capital de Santa Catarina era caracterizado por essas chamadas barraquinhas de comércio próximos ao mar, aonde eram comercializados a chamada *carne verde*, peixes e quitandas e eram conhecidas como lugares imundos e que exalavam um cheiro horrível, como denota José da Silva Mafra:

Outro manancial de exalações pútridas são os charcos próximos ao poço chamado Carioca, cujo poço descoberto serve de lavatório, bebendo os povos uma água impura e danosa à saúde. A fonte do Largo do Senado [hoje Largo do Fagundes], apesar de construída de outras maneiras, tem junto a si um grande lago amarrado em roda chamado poço de Brandão, cheio de água podre, habitado por sapos, folhas de árvores e outras matérias em putrefação, que deterioram a saúde pública, e preciso se faz esgotá-lo e aterrá-lo, pois deste e de outros charcos e pântanos se tem desenvolvido febres intermitentes perniciosas, e renitentes de mau caráter, que a não haver constantemente os ventos nordeste e sul, que arredam os miasmas pútridos, seria inabitável esta cidade. A venda de frutas malsazonadas, a venda de carne podre, toucinhos rançosos, vinagres decompostos, vinhos alterados, que se está observando diariamente, são outros tantos males à saúde, e que produzem enfermidades, e, finalmente, a continuação das inumações dos cadáveres dentro dos templos e cemitérios dentro da cidade são prejudiciais à saúde pública, e sua remoção se faz necessária. (...) ⁴

3 Fala que o presidente da província de Santa Catarina o marechal de campo graduado Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em 28 de março de 1847.

4 Relatório assinado por José da Silva Mafra, inserido no discurso de Antero José Ferreira de Brito, em 23 de janeiro de 1841.



Da mesma forma, um regulamento da câmara também fala das condições sanitárias e higiênicas do centro de Desterro:

Tem-se observado há tempos nessa Província, que várias doenças, que eram nela desconhecidas, ou pouco temíveis, tem aparecido com caráter maligno, e causado não pequenos estragos. Ouvi sobre as causas desta alteração na salubridade do país o Cirurgião Mor José Antônio de Lima, que relatando-as, atribui em grande parte a presença delas à falta de observância de alguns preceitos de higiene pública (...). Diversos tem sido os meios propostos e adotados para obrigar os pais a vacinarem seus filhos, e os senhores seus escravos, mas nem um que eu saiba, com bom resultado na prática⁵.

A partir da década de 40 diversas medidas foram pensadas em relação aos danos que as condições urbanas e sanitárias do centro poderiam causar, mas a principal e tema deste presente artigo é a construção do primeiro mercado em 1851, como grande monumento de comércio no centro da cidade e que representou um meio de segregação racial e principalmente social.

O presente artigo procura problematizar a construção do mercado público como um lugar em que emergiram conflitos diversos, principalmente político, social e racial. Discussões sobre o lugar de instalação do mercado público e dos comerciantes que poderiam exercer seu ofício em determinado local foram incisivamente debatidas na câmara e pelos presidentes da província. Esse contexto de higienização do centro da cidade, mas também da “limpeza racial e social” era vislumbrada. Procuro analisar através dos relatórios de presidentes de província, principalmente de Antero de Brito, o discurso que o mesmo tem sob os escravos que comercializavam suas quitandas nas barraquinhas do centro. Essas quitandeiras poderiam ser consideradas escravas de ganho em um meio urbano, por exemplo, onde a possibilidade de mobilidade social não era descartada. Assim esse trabalho contempla uma historiografia que visa problematizar as construções públicas, não sendo idealizadas sem algum motivo ou intenção. Todas essas construções possuem intenções ideológicas e políticas,

⁵ Regulamentando o comércio em geral, a Câmara aprova a nova Lei de Posturas, lei nº 325, de 3 de maio de 1851, pp 6.



sendo fruto muitas vezes dessas disputas. Assim, percebo os debates sobre a construção do mercado relacionado a dois partidos políticos, o Liberal e o Conservador, também chamados pejorativamente de Cristão e Judeu, exatamente por esse debate na década de 40 sobre o primeiro mercado público e como eles demonstram a emergência de uma burguesia na Ilha de Santa Catarina, interessadas na permanência das diferenças sociais e raciais.

O projeto do primeiro mercado público de Nossa Senhora do Desterro pode ser considerado idealização do Presidente Antero de Brito a partir da sua posse em 1840. Porém a discussão sobre a construção de um amplo espaço que contemplasse a comercialização dos produtos no centro já estava ocorrendo desde a década de 30 do século XIX. A construção do mercado estava diretamente ligada à demolição das barracas perto do mar em Desterro. Houve determinações desde 1834 da câmara junto ao presidente da província Feliciano Nunes Pires para demolição dos locais de comércio do centro de Desterro, porém nenhuma delas foram cumpridas. Esse espaço para pequenos comerciantes e para a cidade como um todo, tinha uma representatividade muito grande, apesar dos prejuízos que essas estruturas causavam principalmente aos olhos de Antero de Brito do ponto de vista estético da cidade. Além das determinações de 1834 para a demolição, o antecessor a Antero de Brito na presidência da província de Santa Catarina, João Carlos Pardal, destaca em seu discurso, em 1838 na Assembleia, o projeto dos engenheiros Luiz Bustamante e Pablo Delgado. Uma obra gigantesca para os padrões da cidade, que propõe a Praça do Mercado entre a Rua do Livramento, atual Trajano, e a Rua do Ouvidor, hoje Deodoro. A intervenção na paisagem urbana avança, em 1839 a iluminação pública e a inscrição nos nomes das ruas e numeração dos prédios ocorre.

Portanto a construção do mercado também não pode ser vista como uma única intervenção na paisagem urbana, mas dentro de um projeto e planejamento político para revitalização e impulsão de Desterro como a verdadeira capital catarinense. Nesse período do início da década de 40, além do porto de Desterro – o mesmo já vinha dando sinais de desgaste –, nada mais na ilha era essencial para o restante da província. Esse cenário levava a Ilha-capital a buscar ferramentas que endossassem, ou melhor, que trouxessem à tona a



representatividade de capital de província.

Com a ideia da construção de um mercado em Desterro já estabelecida, surgem debates na câmara sobre diversas questões que envolveriam o mercado. Uma das principais discussões estavam atreladas ao local onde o mesmo seria construído. A condição do espaço onde o mercado seria instalado não era simplesmente uma decisão estética, mas principalmente política e que contemplava um aspecto forte na vida de Desterro do século XIX, o aspecto religioso. O local onde inicialmente foi pensado como a instalação do mercado público era segundo Rodrigo Rosa citando o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral:

Onde desde os primórdios da imigração açoriana se encontrava a praça central, o porto, a igreja da matriz, enfim, a região da cidade mais visitada e coincidentemente a mais visível. A sede do governo da província, o teatro entre outros prédios públicos, surgiram em meados do século XIX nesse mesmo núcleo urbano. Nesse entorno também ficavam as ruas mais importantes para o comércio, as casas mais vistosas, os melhores terrenos desocupados e toda uma gama de problemas estruturais⁶.

A aproximação, portanto no mesmo local de todas essas construções de valores políticos, econômicos e culturais muito complementares para a burguesia ascendente na Ilha de Santa Catarina, que há nem vinte anos mudara seu status de vila para a condição de cidade de Desterro, ocorreu, sobretudo, a partir de um recorte de uma região no centro da cidade que contemplaria em um pequeno espaço, os ideais de uma cidade que buscava sua afirmação entre os provincianos.

Essa disputa pelo local de construção do Mercado abrangia para as disputas dentro da Câmara provincial, principalmente entre os dois partidos de maior importância em Desterro, os liberais também chamados nesse contexto de *vinagristas* e os conservadores, chamados na ocasião de *barraquistas*. No partido liberal, seu líder era o jornalista Jerônimo Coelho, famoso em Desterro, que em 1831 fundou o primeiro jornal da cidade, *o Catharinense*. Jerônimo além de jornalista, tinha na atividade política de Desterro grande destaque também.

⁶ ROSA, Rodrigo. *Mercado público de Florianópolis: construir, demolir, revitalizar?* Tese apresentada ao curso de História da Educação – UDESC, Florianópolis: 2006, pp 18.



O Partido liberal como um todo em relação à construção do mercado, era defensor da edificação desde que não fosse na praça principal, à beira mar. Os *vinagristas*, como são conhecidos seus representantes, sabiam da necessidade da construção, mas apoiaram a ideia de deixar a praia livre. Francisco Duarte da Silva, político prestigiado por Amaro Pereira, presidente do partido, luta para que o Canto de Santa Bárbara, hoje final da rua Antônio Luz, seja o preferido.

Correligionários do partido Conservador, apoiados pelo padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, o arcepreste paiva, também conhecido como *Padre Catinga* por seus artigos a favor dos comerciantes, defendem a obra na praça. Os *barraquistas*, tem ainda a liderança de João Pinto da Luz, que com seus irmãos, é possuidor de um estabelecimento comercial na esquina da Praça com a rua Augusta, hoje rua João Pinto, o que já explica bastante o local de construção do mercado com relação a seus interesses econômicos.

Percebemos nesse debate inicial que os partidos reconhecem a causa, mas brigam por interesses e ideias contrárias. Os discursos se resumem em deixar o Largo do Palácio livre da construção, área dedicada aos prédios públicos e para a população ou então apoiar os benefícios comerciais que a alguns interessa. No mesmo momento dos debates que esquentam a câmara, o então presidente da província, Antero José Ferreira de Brito mobiliza recursos junto ao Império para a construção o quanto antes do primeiro mercado público de Desterro. Além do debate do local de edificação, é importante salientar a importância do quadro social e racial que busca selecionar quem poderá comercializar e até frequentar o espaço mercadológico. Como já buscamos enfatizar, o Império brasileiro ainda se encontrava em uma contradição inerente ao sistema que era a escravidão. Como afinal o Brasil poderia se modernizar e progredir com essa mancha histórica da escravidão? Na província de Santa Catarina o elemento da higienização e do embelezamento do centro da cidade, vinculado ao mercado público, não era apenas urbanístico, mas social e racial. Esse discurso racista está presente em relatórios do presidente Antero de Brito a câmara:

Este resultado que não deixa de ser satisfatório, que talvez seja, em



grande parte a singular vantagem de ter a Província, em uma população de 67218 almas, 12.580 escravos somente; estou que ainda mostraria menos crimes, se mais eficazes fossem os meios de os reprimir. É bem sabido, Senhores, que, como nos mais países, que de novo se constituem, no nosso, as Instituições liberais que abraçamos, e que por ventura nossa nos regem, fechando a porta ao despotismo, e abrindo a da liberdade, deixarão entrar por esta, de envolta, a licença, que as Leis regulamentares não tiveram força para refrear, seguindo-se daqui a anarquia, que com todos os seus horrores se tem manifestado em várias partes do Império, e que não dá lugar a que vinguem, e se arreiguem as mesmas instituições. Este estado bárbaro, violento, antissocial em fim, com que lutamos há tantos anos, tem sem dúvida sua origem na mui larga faculdade de se livrarem soltos muitos criminosos⁷.

O Estado chamado de anárquico, bárbaro, violento e antissocial corresponde à escravidão moderna como sistema que permaneceu no Brasil ainda na segunda metade do século XIX. Essa sanitização do espaço público deveria corresponder também a uma “limpeza racial”, onde os escravos foram proibidos de comercializar e até de circularem pela praça do mercado. As quitadeiras que citei anteriormente, correspondiam a um ofício muito praticado por escravas principalmente ainda no período colonial, relacionada a uma escravidão urbana, que possibilitava segundo uma historiografia recente da escravidão, possibilidades maiores de certa mobilidade social. Essa disputa corresponde também a um conflito de classe portanto, aonde uma burguesia liberal da segunda metade do século XIX, ainda necessita conviver com sujeitos em regime escravo. Assim a ideia de “limpeza racial” podemos expandir para uma “limpeza social”, que ainda ocorreria com a moralização na região central de pessoas ou agrupamento de marginais, prostitutas e bêbados no local. Essas determinações sobre as condições de quem poderia comercializar no novo espaço público para tal atividade está expresso no regulamento para a Praça do Mercado, aprovado pela Câmara Municipal na lei nº 317, em 1º de abril de 1851, que define deveres e obrigações dessa seleção de comerciantes. Alguns deles demonstram essas determinações como o Artigo 46 que diz que “Os gêneros que forem levados ao Mercado, ou aportarem na praia em frente

⁷ Fala que o presidente da província de Santa Catarina o marechal de campo graduado Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em 1 de março de 1842, pp. 10.



ou nas imediações da Praça, para serem vendidos a retalhos, não poderão retirar-se antes das 9 horas [o horário era anunciado pelo sino da Cadeia] para serem vendidos em outros lugares, ou para qualquer fim”⁸. O artigo 50 previa que eram “proibidos dentro da Praça jogos, danças, tocadas e qualquer outro divertimento, sob pena de [8 mil réis] de multa”⁹ e o artigo 58 deixa claro que “o poço da Praça é privativo do comércio, e ninguém poderá entrar com cousa alguma dentro dele, sob pena de [4 mil réis] de multa”¹⁰. Essas restrições se referem inclusive ao que se poderia vender na praça do mercado e era restrito a atividade comercial, como objetivo inclusive de dividir e selecionar essas práticas culturais que como vimos privilegiavam a presença da burguesia emergente ao teatro, do que práticas como tocadas, jogos e danças que poderiam ser relacionadas a práticas de africanos e afrodescendentes.

As controvérsias sobre o Mercado chegam ao fim quando a lei nº 252, de março de 1848, autoriza a presidência da Província a edificar pelos cofres públicos a Praça do Mercado e decreta que após concluída, será entregue à administração da Câmara Municipal. Revoga as leis anteriores e define o Mercado junto à praça principal, à beira mar, conforme projeto de autoria do primeiro-tenente João de Sousa Mello e Alvim, em substituição aos três barracões, projeto do vereador Antônio Francisco de Faria. Depois de anos de polêmicas, o primeiro Mercado Público acaba sendo construído onde atualmente se encontra a praça Fernando Machado. Um marco importante para o desenvolvimento da capital. Além das falhas no abastecimento, estaria sendo resolvida parte dos problemas sanitários. Peste e doenças causadas pelo acúmulo de lixo e falta de higiene no manuseio dos alimentos estariam solucionados. Tanto na questão da industrialização, mas também do branqueamento da raça, é um elemento que a política no Rio de Janeiro dissipa para o resto do país, inclusive para a província de Nossa Senhora do Desterro.

Segundo Nelson Popini Vaz:

⁸ Regulamento para a Praça do Mercado, aprovado pela Câmara Municipal na lei nº 317, em 1º de abril de 1851.
⁹ Ibidem, pp 10.

¹⁰ Regulamento para a Praça do Mercado, aprovado pela Câmara Municipal na lei nº 317, em 1º de abril de 1851.



A contínua reconstrução desta área urbana decorreu do crescimento e do adensamento da ocupação territorial, assim como das alterações no comportamento social dos habitantes, com a persistente e progressiva introdução de um novo modo de vida. Os sinais mais evidentes desta mudança nos hábitos e rotinas que compõem o cotidiano estão no uso dos espaços públicos, sede da esfera pública. Esfera pública é um conceito de Jürgen Habermas, abrangendo atividades humanas de caráter público, assim denominadas por oposição às atividades privadas. Utilizando o instrumental sociológico aquele autor demonstra que a origem do conceito está associada ao nascimento da polaridade do setor público – setor privado nas relações sociais da civilização ocidental¹¹.

A questão dos valores da modernidade, principalmente no embelezamento das cidades emergentes no mundo, estava intimamente ligada com o espaço público como o lugar em que esses valores seriam demonstrados para toda a população das províncias. Nesse contexto de meados de 1850, a monarquia estabelecida não está em uma condição política muito confortável e as discussões sobre o fim da escravidão, por um ala abolicionista emergente já está no horizonte. Ainda sim o estado brasileiro vê a estrutura escravista fundamental para a manutenção das constituições políticas e sociais brasileiras.

Esses valores da modernidade também abarcam a província de Nossa Senhora do Desterro onde a esfera pública define-se com maior clareza no surgimento de uma burguesia, que nesta região de Santa Catarina, ocorreu após o período de intensas migrações da segunda metade do século XIX, já no período imperial. Em Desterro a presença de representações do governo imperial sediadas na capital da província manteve a forma centralizada com as formas das cidades criadas pelos novos imigrantes europeus, sobretudo os de origem alemã. Nas cidades do vale do Itajaí e do Nordeste do Estado de Santa Catarina a forma espacial não apresenta uma polaridade pontual, centrada na praça colonial, como ditava o modelo vicentista. Peluso aponta essa diferenciação que aparece na polaridade exercida por uma rua comercial, onde há igrejas de culto católico e protestante que, assim como as sedes de instituições públicas, confundem-se com as demais edificações privadas de porte.

Em suma, nas cidades coloniais portuguesas, onde havia um domínio primordial do

11VAZ, Nelson Popini. *O Centro Histórico de Florianópolis: espaço público do ritual*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991, pp. 44.



Entre o público, o político e o racial: a construção do Mercado Público em Desterro no século XIX - Lucas Söhn Albuquerque

Estado, a praça colonial e as edificações – símbolo da sua presença, bem como as da Igreja Católica, eram os elementos de destaque do conjunto. Nas cidades de colonização alemã do final do século, havia um equilíbrio entre estas instituições e as organizações do setor privado, onde o monumentalismo das edificações surgiu recentemente já no período da modernização e, mesmo assim, sem privilegiar necessariamente os edifícios públicos.

Assim, o espaço público do centro da província de Nossa Senhora do Desterro, foi utilizado como instrumento político, representado nos debates em torno do tema, como elemento urbanístico vinculado a uma ideia de modernidade que era cara a esse contexto histórico. A disputa política em Desterro também representa uma disputa de classes que querem se legitimar nesse momento, como a burguesia de Desterro, para isso o simples contato com sujeitos de classes inferiores, independente da raça, se fazia necessário. Com essa análise, podemos refletir inclusive sobre a importância que os sujeitos africanos e afrodescendentes tiveram para a História de Desterro, nem que fosse como um contraponto de um sujeito moderno, sujeito esse caracterizado como anárquico, boçal e violento.

Fontes

Fala que o presidente da província de Santa Catarina o marechal de campo graduado Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em 1 de março de 1842. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/929/000002.html> – Acessado em 7 de setembro de 2013

Fala que o presidente da província de Santa Catarina o marechal de campo graduado Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1847. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/934/000002.html> – Acessado em 7 de setembro de 2013

Empréstimo para a construção do primeiro mercado e Imposto para Pagamento. Biblioteca Pública Estadual. Jornal “O Novo Íris”. Desterro, 13 de abril de 1850, n. 13, p. 12.

Ofício sobre embelezamento da cidade, de Antero de Brito para Câmara em 1846. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Correspondência Oficial com a Câmara Municipal, 1847-1848. Desterro, 27 de novembro de 1846, p. 151-154.



Entre o público, o político e o racial: a construção do Mercado Público em Desterro no século XIX - Lucas Söhn Albuquerque

Anúncio do Início da venda de Gêneros na Praça do Novo Mercado em 1851. Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina. Jornal “O Novo Íris”. Desterro, 10 de janeiro de 1851, n. 86, p. 03.

Câmara submete regulamento da Praça do Mercado à aprovação do Presidente da Província em 1850. Arquivo Público Estadual de Santa Catarina. Ofícios da Câmara Municipal ao Presidente da Província. Desterro, 21 de dezembro de 1850, p. 119.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas.* Florianópolis: Editora Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus (et alii). Experiências das populações de origem africana em Florianópolis na década da abolição. *PerCursos*. v.3. n.1. Florianópolis, jan. 2002.

_____. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX.* Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 11ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DAUWE, Fabiano. *Estratégias institucionais de liberdade: Um estudo sobre o Fundo de Emancipação em Nossa Senhora do Desterro 1872-1888.* Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999, p. 179-188.

MESQUITA, Ricardo Moreira. *Mercado: do mané ao turista.* 1ª Ed. Editora do autor, 2002.

ROSA, Rodrigo. *Mercado público de Florianópolis: construir, demolir, revitalizar?* Tese apresentada ao curso de História da Educação – UDESC, Florianópolis: 2006.

SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930).* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VAZ, Nelson Popini. *O Centro Histórico de Florianópolis: espaço público do ritual.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.



Entre o público, o político e o racial: a construção do Mercado Público em Desterro no século XIX - Lucas Söhn
Albuquerque

Recebido em 07 de julho de 2013.

Aceito para a publicação em 30 de outubro de 2013.

